

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

INÁ RODRIGUES DE FREITAS NETA

**A PRODUÇÃO INTELECTUAL SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA REVISTA
EDUCAÇÃO ESPECIAL DA UFSM NO PERÍODO DE 2010 A 2019**

GOIÂNIA

2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES
ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO
REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)

Nome(s) completo(s) do(a)(s) autor(a)(es)(as): Iná Rodrigues de Freitas Neta

Título do trabalho: A produção intelectual sobre a educação especial na revista educação especial da UFSM no período de 2010 a 2019

**2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)
Concorda com a liberação total do documento [x] SIM [] NÃO¹**

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)(s) autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **João Ferreira De Oliveira, Professor do Magistério Superior**, em 11/06/2021, às 11:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **INA RODRIGUES DE FREITAS NETA, Discente**, em 16/06/2021, às 02:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_or_gao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2126970** e o código CRC **F793F413**.

Referência: Processo nº 23070.025397/2021-57

SEI nº 212697

INÁ RODRIGUES DE FREITAS NETA

**A PRODUÇÃO INTELECTUAL SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA REVISTA
EDUCAÇÃO ESPECIAL DA UFSM NO PERÍODO DE 2010 A 2019**

Monografia apresentada como requisito para aprovação no TCC 2 e obtenção do título de Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás, sob a orientação do Professor Doutor João Ferreira de Oliveira.

GOIÂNIA

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Neta, Iná Rodrigues de Freitas

A Produção Intelectual Sobre A Educação Especial Na Revista Educação Especial Da UFSM No Período De 2010 A 2019. [manuscrito] / Iná Rodrigues de Freitas Neta. - 2021.
XXXIV, 34 f.

Orientador: Prof. Dr. João Ferreira de Oliveira.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Pedagogia, Goiânia, 2021.

Bibliografia.

Inclui siglas, gráfico.

1. Educação Especial. 2. Revista Educação Especial. 3. Inclusão. I. Oliveira, João Ferreira de , orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos sete dias do mês de junho de dois mil e vinte um iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado "A produção intelectual sobre a educação especial na revista educação especial da UFSM no período de 2010 a 2019", de autoria de Iná Rodrigues de Freitas Neta, estudante do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG). Os trabalhos foram instalados pelo Professor Doutor João Ferreira de Oliveira - Orientador, da Faculdade de Educação/UFG, com a participação, como membro da Banca Examinadora, de Ana Cristina Pinheiro Machado, estudante de doutorado do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação/UFG. Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição da estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora atribuiu a nota final 8,0 (oito), tendo sido o TCC considerado aprovado.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **João Ferreira De Oliveira, Professor do Magistério Superior**, em 07/06/2021, às 16:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANA CRISTINA PINHEIRO MACHADO, Usuário Externo**, em 07/06/2021, às 19:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2080713** e o código CRC **530F2F3C**.

Referência: Processo nº 23070.025397/2021-57 SEI nº 2080713

file:///C:/Users/Vitor/Desktop/Ata_de_Defesa_de_Trabalho_de_Conclusao_de_Curso_2080713.html

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Emi da Silva Santos e Luciano Rodrigues de Freitas, por me ensinarem a lutar e ir atrás dos meus sonhos. Obrigada pela educação que me deram, as oportunidades, por me ensinar o valor do trabalho e sempre respeitar todos os seres vivos.

As minhas queridas irmãs, Ionara, Iara e Inara, por sempre me apoiarem nos bons e maus momentos. Obrigada por todas as vezes que brincamos juntas ou quando toda a família se sentava junto para assistir Sobrenatural e outros filmes, foram os melhores momentos da minha vida. É um privilégio ser irmã de vocês.

Às minhas amigas, Emilly, Sarah, Ana e Vanessa, que estão comigo desde o começo dessa jornada me apoiando e incentivando em todos os aspectos da minha vida. Que mesmo com a distância física por causa da pandemia, vocês jamais deixaram de estar comigo.

Ao meu noivo Vitor, que sempre acreditou e me apoiou em tudo que eu faço. Sempre cuidou de mim nos meus momentos mais críticos da minha saúde física e mental. Por ter acolhido meus animais e ser o melhor tutor do mundo.

À Universidade Federal de Goiás e a todos os seus funcionários e servidores, sem vocês essa universidade não estaria de pé contribuindo para o crescimento de seus alunos e sociedade. Aos meus professores da Faculdade de Educação (FE/UFG), obrigada por serem ótimos profissionais. Em especial às professoras Dras. Luciana Freire e Cinthia Letícia, obrigada por todo o carinho, apoio e compreensão que vocês me deram nos meus momentos mais difíceis durante a graduação.

Agradeço ao meu orientador de TCC, Prof. Dr. João Ferreira de Oliveira, pelas valiosas contribuições dadas durante todo o processo dessa pesquisa.

ABSTRACT

Esta monografia intitulada “A Produção Intelectual Sobre A Educação Especial Na Revista Educação Especial (Ufsm) No Período De 2010 A 2019”, teve como finalidade analisar os temas e as tendências das publicações na Revista Educação Especial, no período de 2010 a 2019. Assim, buscou-se identificar os temas de pesquisa mais desenvolvidos na referida revista e que nos ajudam a compreender a produção intelectual e a problemática da educação especial no Brasil. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, realizada sobretudo via *site* da UFMS, do Centro de Educação e da Revista Educação Especial. As informações coletadas dos artigos da Revista Educação Especial foram organizadas em um gráfico pizza e em tópicos onde os temas foram desenvolvidos e as porcentagens dos artigos publicados sobre cada tema foram pontuadas. Os temas mais publicados são Formação de Professores (16,4%), Inclusão (14,4%), Surdez (13,1%) e Altas capacidades (10,0%).

Palavras-chave: Educação Especial. Revista Educação Especial. Inclusão.

RESUMO

This monograph entitled “The intellectual production about special education on Special Education Journal, from UFSM’s Education Center, on the period of 2010 to 2019”, had as purpose to analyse the subjects and tendencies of the publications on Special Education Journal, during the period from 2010 to 2019. Therefore, we aimed to identify the research’s subjects most developed on the journal that help us to understand the intellectual production and the special education problematic in Brazil. This is a bibliographic and document research, performed mostly through the websites of UFMS, Education Center and Special Education Journal. The informations collected on the Special Education Journal’s papers were organized in a pie chart and in topics, where the subjects were developed and the percentage of the published papers about each subject were punctuated. The subjects more published are Teacher Training (16,4%), Inclusion (14,4%), Deafness (13,1%) and High capacities (10,0%).

Keywords: Special Education. Special Education Journal. Inclusion.

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I – A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: BASE LEGAL, POLÍTICAS E INDICADORES	13
CAPÍTULO II – A REVISTA EDUCAÇÃO ESPECIAL DO CE/UFSM NO PERÍODO DE 2010 A 2019: HISTÓRICO, TEMAS, ANÁLISES E RUMOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	18
2.1 A REVISTA EDUCAÇÃO ESPECIAL: ELEMENTOS HISTÓRICOS	18
2.2 A REVISTA EDUCAÇÃO ESPECIAL: TEMÁTICAS PRIVILEGIADAS	19
2.2.1 Formação de professores (16,4%).....	20
2.2.2 Inclusão (14,4%).....	23
2.2.3 Surdez (13,1%)	25
2.2.4 Altas Habilidades e Superdotação (10,0%)	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS.....	33

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

A Educação Especial é uma modalidade que se realiza em todos os níveis, etapas e modalidades da educação brasileira, com a finalidade de complementar e suplementar a escolarização comum, mas em alguns casos pode ser substitutiva (BRASIL, 2009). Ela deve integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo, entre outras ações, o atendimento educacional especializado (AEE) aos alunos com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2020a), de modo a incluir os alunos no ensino regular. Nessa direção, no início dos anos 2000, a Resolução CNE/CEB no 2/2001, em seu art. 3º, continha a seguinte demarcação:

Por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns (BRASIL, 2001).

A LDB, Lei n. 9.394/1996, define, em seu art. 58, que a educação especial, deve ser “oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”. Define ainda que

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular (BRASIL, 1996).

O Decreto nº 7.611/2011 corrobora afirmando que o público-alvo da Educação Especial consiste em estudantes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2011). Normalmente, o atendimento se dá por meio de instituições especializadas e também por intermédio das escolas regulares, públicas e privadas, nas diferentes etapas da Educação Básica. A Educação Especial possui uma base legal sólida e uma produção intelectual consistente no Brasil, especialmente a partir da LDB/1996. Nas instituições formativas, sobretudo nas faculdades ou centros de educação, há disciplinas e mesmo cursos voltados especificamente para a modalidade de educação especial. Há também linhas de pesquisa e grupos de pesquisa nos programas de pós-graduação em educação, bem como revistas especializadas na área. Exemplo disso é o que ocorre no Centro de Educação e na revista Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), que são

referências na área.

Nesse contexto, a pesquisa tem como objetivo geral analisar os artigos e analisar criticamente os principais temas pesquisados por uma das revistas mais conceituadas na área em nosso país, a Revista Educação Especial¹ da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)², do período de 2010 a 2019. Nosso propósito foi analisar o tema da educação especial a partir da produção intelectual de uma revista que é referência na área, o que nos permite ver os avanços e recuos da educação especial, bem como as políticas, base legal, temas tratados, condições de atendimento e formação de professores e profissionais na área. Buscamos apresentar, de modo complementar, a história da Universidade Federal de Santa Maria, sobretudo do Centro de Educação; também fizemos um levantamento dos artigos publicados pela revista e destacamos os principais elementos de análise. Foi utilizado como informação base o que consta no site da Universidade Federal de Santa Maria, no site do Centro de Educação da UFSM e no site da Revista de Educação Especial.

Investigamos, ainda, um pouco da história da UFSM e, sobretudo, sobre o Centro de Educação da instituição, de modo a descobrir e compreender as razões que o levaram a criar uma das mais importantes revistas sobre Educação Especial do Brasil. Conforme o site,

O Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria (CE-UFSM) é uma unidade universitária que prioriza a excelência na formação inicial e permanente de professores nas diferentes licenciaturas e campos do conhecimento. Atualmente, o CE possui 5 cursos de graduação presenciais e 4 à distância, além de 4 programas de pós-graduação presenciais e 1 curso de pós-graduação à distância. Contribuindo para a efetivação de uma Universidade socialmente referenciada, visamos espaços formativos diferenciados a partir de laboratórios de Ensino, núcleos voltados ao Ensino, Pesquisa e Extensão no qual transita a comunidade acadêmica interna e externa da UFSM (UFSM, 2020, p. 1).

Para o exame da produção intelectual na Revista Educação Especial tornou-se importante realizar uma **pesquisa documental e bibliográfica** que analisasse a história, os principais temas e a motivação de uma Universidade e Centro de Educação para criar uma revista voltada exclusivamente à temática “Educação Especial”, o que já faz 32 anos. Portanto, trata-se de pesquisa importante, pois apresenta a visão acadêmica sobre “Educação Especial” visto que o estudo relacionado a revistas e produções científicas é bastante escasso na área de educação no Brasil.

Conforme Gil (2002), uma pesquisa bibliográfica é produzida com base em materiais oriundos de livros, artigos científicos e fontes bibliográficas. A pesquisa bibliográfica permite

¹ A revista pode ser acessada através do link: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao>.

² Site da unidade: <https://www.ufsm.br/unidades-universitarias/ce/>.

que o pesquisador tenha uma abundância de fatos, diferente do que ele teria em uma pesquisa mais direta. O pesquisador não precisa percorrer o mundo para falar sobre tal conteúdo, ele pode usar a pesquisa de outros pesquisadores para embasar o seu projeto.

Semelhantemente, a pesquisa documental, segundo Gil (2002), tem bastante em comum com a pesquisa bibliográfica. Entretanto, a pesquisa documental utiliza fontes primárias, ou seja, dados e informações que ainda não foram tratados científica ou analiticamente. Nossa principal fonte de pesquisa foi o site oficial da Revista e da UFSM. Buscamos também aprofundar na história da UFSM e do Centro de Educação Especial para compreender o porquê da criação da Revista na área de Educação Especial. Investigamos também o contexto histórico da educação especial no Brasil e se isso influenciou e como influenciou a criação da Revista, assim como nos temas tratados na Revista.

CAPÍTULO I – A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: BASE LEGAL, POLÍTICAS E INDICADORES

O propósito do presente capítulo é examinar alguns dos elementos mais significativos da base legal, das políticas e da situação da educação especial no Brasil a partir dos indicadores de atendimento. Essa compreensão é fundamental para identificarmos no capítulo 2 a possível sintonia da produção intelectual com as políticas, base legal e diagnóstico do atendimento escolar e/ou especializado. Desde o início da década de 1990, sob a influência da Declaração de Salamanca de 1994, o termo "inclusivo" foi difundido e reconhecido internacionalmente através dos seguintes métodos: O processo social e cultural de mudança educacional, com foco na diversidade Valor e reconhecimento nas escolas para todos (CALDIN, 2019 apud FREITAS et al., 2020). Esta mudança envolve muitos aspectos, como educação, aspectos sociais e políticos.

Tal iniciativa está ligada a movimentos históricos buscados nas últimas décadas, ampliação dos direitos sociais e questionamento do desenho do sistema Campos De Saúde E Educação (FREITAS et al., 2020). A Educação Especial, de acordo com o Censo Escolar 2020, consiste em uma categoria escolar que compõe a proposta pedagógica da escola regular promovendo o atendimento de educacional especializado (AEE) aos alunos portadores de deficiências físicas, deficiência auditiva, surdez, deficiência visual, cegueira, baixa visão, deficiência intelectual, surdo cegueira, deficiências múltiplas, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2020a).

As primeiras menções à educação especial no Brasil foram no período do Império (1822 a 1889) e no Início da República, em 1889. Nessa época os discursos de educação gratuita e para todos quase não mencionam a escolarização de pessoas com deficiência. A Constituição de 1934, em seu Artigo 149, vincula a obrigatoriedade do ensino e o direito à educação para todos. Contudo, as pessoas com deficiência acabaram por ser excluídas já que não tinham nenhuma organização do sistema de educação pública que os incluíssem. Então as pessoas consideradas “anormais” eram agrupadas em instituições religiosas, que não tinham como objetivo as questões pedagógicas (JANNUZZI, 2004 apud ZILLOTTO; GISI, 2018).

A criação dessas primeiras instituições especializadas [...] não passaram de umas poucas iniciativas isoladas, as quais abrangeram os mais lesados, os que se distinguiram, se distanciavam ou pelo aspecto social ou pelo comportamento divergente. Os que não o eram assim a “olho nu” estariam, incorporados às tarefas sociais mais simples. Numa sociedade rural desescolarizada (JANNUZZI, 2008, p. 28 apud ZILLOTTO; GISI, 2018, p. 4).

Só começaram a pensar em educar essas pessoas em meados de 1854 no Período Imperial (1822-1889), sob influência das ideias pedagógicas europeias, que logo ganharam espaço no Brasil, com o Imperial Instituto dos Meninos Cegos³ em 1854. Entretanto, a intenção era fornecer o básico para as crianças com deficiência. Já às crianças surdas eram ensinadas matérias de história, catecismo, aritmética, geografia, agricultura prática e teórica e também ensinavam sobre encadernação e sapataria. (ZILIOTTO; GISI, 2018). As discussões sobre a escolarização das pessoas com deficiência e a inclusão desses alunos como centro de processo de ensino aprendizagem, surgiram em 1930, sob influência da Escola Nova.

Devido à crise que destruiu o monopólio do poder das oligarquias ocasionada pela Revolução de 1930, houve uma pressão cada vez mais forte pela expansão do ensino. E, em meio a tantas mudanças no contexto educacional, algumas iniciativas da área de educação especial iam ganhando espaço com o trabalho de Helena Wladimirna Antipoff⁴, fundadora da primeira Sociedade Pestalozzi. Antipoff é considerada pioneira na introdução dos estudos relacionados à educação especial no Brasil. Seu trabalho influenciou a formação de professores que atuavam com alunos deficientes (BORGES, 2015 apud ZILIOTTO; GISI, 2018).

Conforme Ziliotto e Gisi (2018), a ideia de escola inclusiva começou a se fortalecer na década de 1990 com um movimento mundial em defesa da inclusão escolar das pessoas com deficiência. O movimento influenciou as políticas educacionais brasileiras que acabaram estabelecendo a responsabilidade do Estado na efetivação da inclusão escolar. O Brasil foi tão influenciado pelo movimento inclusivo no sistema educacional que isso acabou influenciando na criação de várias legislações, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), que vem repercutindo até os dias atuais. Pautada nos princípios do progresso da cidadania, igualdade, liberdade e democracia, foi homologada a LDB (Lei nº 9.394/1996), quase uma década após o regime militar (1964-1985). E, a educação especial, nessa Lei, ganha maior evidência. No Art. 58 vemos que a educação especial, para os efeitos desta Lei, é a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 1996).

³ O Imperial Instituto dos Meninos Cegos foi criado pelo Decreto nº 1428, composto por 43 artigos, que estabelecia a instrução primária constituída de educação moral e religiosa, música e alguns ofícios fabris. Em meados de 1875, esse instituto já contava com 49 alunos. O então ministro Couto Ferraz, influenciado pelo trabalho do professor cego Jose Alvarez de Azevedo, recomendou a Dom Pedro II a criação do Instituto dos Meninos Cegos, que em 1981 passou a ser chamado de Instituto Benjamin Constant, no Rio de Janeiro (NISKIER, 1989).

⁴ Helena Wladimirna Antipoff – psicóloga russa convidada em 1929 pelo governo mineiro para assumir as aulas de Psicologia da Educação e Psicologia Experimental, da Escola de Aperfeiçoamento de Professores de Belo Horizonte.

A LDB/1996 teve uma alteração relacionada aos serviços de apoio especializados em razão as condições específicas dos alunos, conforme consta no artigo nº 58, § 1º: “Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial” (BRASIL, 1996) e ainda, no Art. 59, traz condições específicas que cabe ao sistema de ensino assegurar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação “[...] currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades” (BRASIL, 1996), exigindo a formação de professores com especialização adequada em nível médio ou superior. O sistema educacional de ensino, de acordo com o Art. 59 da LDB, garante aos educandos com transtornos globais do conhecimento e altas habilidades/superdotação os seguintes direitos:

- § I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
- § II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- § III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
- § IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;
- § V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (BRASIL, 1996).

De acordo com o censo da educação básica de 2017, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), podemos observar a quantidade de alunos com deficiência em classes de turmas regulares:

Na educação básica, 84,1% dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades incluídas em classes comuns. 61,3% das escolas brasileiras têm alunos com deficiência incluídos em turmas regulares. Em 2008, esse percentual era de apenas 31%. Banheiro adequado a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida está disponível em 37,1% das escolas de anos iniciais, em 51,7% daquelas que oferecem os anos finais e em 62,2% nas de ensino médio (BRASIL, 2017 apud ZILLOTTO; GISI, 2018, p. 110).

Conforme, ainda, dados do Censo da Educação Básica, de 2019, o número de matrículas da educação especial chegou a 1,3 milhão em 2019, um aumento de 34,4% em relação a 2015. O maior número de matrículas está no ensino fundamental, que concentra 70,8% das matrículas da educação especial. Quando avaliado o aumento no número de matrículas entre 2015 e 2019,

percebe-se (na figura 1 que corresponde ao gráfico 30, do Censo) que as matrículas de ensino médio são as que mais cresceram, um aumento de 91,7% (BRASIL, 2020b).

Figura 1. Número de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades em classes comuns ou especiais exclusivas segundo etapa de ensino – Brasil – 2015 a 2019



Fonte: Brasil (2020b).

Já em 2020, o número de matrículas aumentou 34,7% desde 2016, chegando a 1,3 milhão de matrículas. Assim como no gráfico anterior, o maior número de matrículas está no ensino fundamental, concentrando 69,6% das matrículas da educação especial (BRASIL, 2021).

Figura 2. Número de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades em classes comuns ou especiais exclusivas segundo etapa de ensino – Brasil – 2016 a 2020



Fonte: Brasil (2021).

Nesse contexto, Ziliotto e Gisi (2018) apresentam um avanço significativo no número de pessoas com deficiência matriculadas na educação básica, mas isso não significa obrigatoriamente inclusão, já que não basta só ter alunos com deficiência matriculados nas instituições de ensino sem as escolas terem um preparo básico estrutural e pedagógico para receber esses alunos. Ziliotto e Gisi (2018) trazem um estudo realizado por Marins e Matsukura (2009), no estado de São Paulo, sobre o acesso à educação de pessoas com deficiência. Esse estudo aponta que as condições para a inclusão estavam sendo atendidas, entretanto constatou um número muito reduzido de alunos atendidos.

Segundo os dados do Censo Escolar 2019, no Brasil apenas 15% das escolas das zonas rurais possuem sala de recursos multifuncionais. Na zona urbana, esses recursos estão disponíveis em 31,2% dos estabelecimentos. E somente 28,9% das escolas da zona rural possuem banheiro adequado para o uso dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida. Na zona urbana, essa realidade está presente em 61% das unidades de ensino.

Ziliotto e Gisi (2018) concluem que a conquista de direitos para promover a inclusão é um processo de lutas sociais que exige maior participação do Estado no processo de escolarização. Esse obstáculo só pode ser superado quando as escolas oferecerem aos alunos uma eficiente infraestrutura e condições eficientes para que esses alunos possam estudar com conforto e acessibilidade e que eles se sintam acolhidos pelas escolas. Os autores afirmam a necessidade de maior visibilidade das pessoas com deficiência e na efetivação de políticas públicas educacionais, almejando atingir a igualdade de direitos e as oportunidades na permanência na escola.

CAPÍTULO II – A REVISTA EDUCAÇÃO ESPECIAL DO CE/UFSM NO PERÍODO DE 2010 A 2019: HISTÓRICO, TEMAS, ANÁLISES E RUMOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

O presente capítulo analisa a Revista Educação Especial entre os anos de 2010 e 2019. Neste capítulo buscamos apresentar os elementos históricos da revista e, em seguida, analisamos a produção científica da revista. Construimos um quadro geral, que resultou em um gráfico a partir do levantamento que mostra os temas mais abordados pela Revista Educação Especial da UFSM.

2.1 A REVISTA EDUCAÇÃO ESPECIAL: ELEMENTOS HISTÓRICOS

A Revista Educação Especial é atualmente classificada como Qualis/Capes: Educação A1 (<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/about>). Ela integra o Centro de Educação da UFSM. Foi uma das primeiras revistas dessa área específica. A Revista Educação Especial teve sua origem em 1987, com o nome de “Cadernos de Educação Especial”. Tem como objetivo publicar apenas artigos inéditos na área de Educação Especial, oriundos de pesquisas e práticas articuladas no campo da Educação Especial.

A Revista se dedica há 32 anos à formação de recursos humanitários e acessíveis para pessoas com deficiência. Em 2004 teve seu escopo e normas de circulação modificados, bem como seu nome, que passou a ser Revista Educação Especial. Já em 2009, obteve International Standard Serial Number (ISSN) – 1808-270X, e, em 2013, alcançou o DOI – 10.5902/1984686X. Assim como a revista Educação (UFSM), os artigos publicados a partir de 2010 também foram contemplados com o DOI.

No ano de 2016, a Revista teve o seu último ano de editoração impressa, ficando apenas com a versão eletrônica⁵. E, em 2018, começou a ser editada trimestralmente, no intuito de dar maior agilidade e dinamicidade aos trabalhos já aprovados, para chegar aos leitores o mais rápido possível. Porém, em 2019 passaram a publicar apenas o volume único anual, por meio de publicação contínua. Atualmente a Revista Educação Especial é organizada em sessões de Dossiê e possui publicação contínua, sendo que os primeiros textos de publicação contínua, volume único anual, atendem à necessidade do fluxo contínuo e é organizado na forma de Dossiê Temático. A revista tem como idioma principal o português (Brasil), mas os textos

⁵ Você pode acessar a versão eletrônica da Revista através do link: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial>.

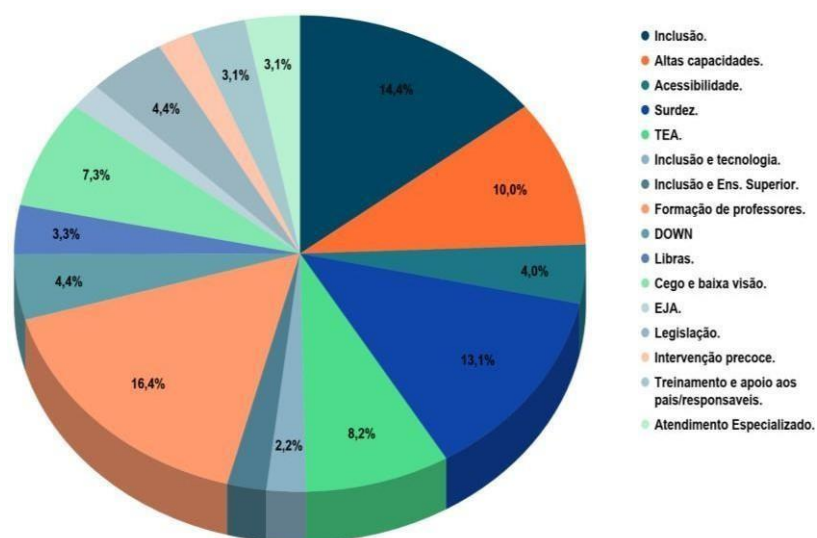
podem também ser escritos em inglês, espanhol e francês.

A Revista Educação Especial tem sido avaliada pelo sistema brasileiro de avaliação de periódicos, mantido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Essa avaliação relaciona e classifica os veículos utilizados para a divulgação da produção intelectual dos programas de pós-graduação do tipo "*stricto sensu*" (mestrado e doutorado), quanto ao âmbito da circulação (local, nacional ou internacional) e à qualidade (A, B, C), por área de avaliação. Os dados básicos da Revista são: **ISSN Eletrônico:** 1984-6444; **DOI:** <http://dx.doi.org/10.5902/19846444>; **Qualis/Capes:** Educação A1; **Periodicidade:** Publicação contínua.

2.2 A REVISTA EDUCAÇÃO ESPECIAL: TEMÁTICAS PRIVILEGIADAS

Ao analisar os artigos publicados na Revista Educação Especial no período de 2010 a 2019, identificamos os temas mais abordados. Foram identificados mais de 38 temas, mas apenas os quatro mais abordados, Formação dos professores (16,4%), Inclusão (14,4%), Surdez (13,1%) e Altas capacidades (10,0%), foram considerados em nossa investigação em termos de análise. O gráfico 1, a seguir, destaca os temas mais abordados pela Revista Educação Especial da UFMS no período 2010 a 2019.

Gráfico 1. Os temas mais abordados pela Revista Educação Especial da UFMS 2010-2019.



Fonte: Elaborada pela autora (2021)

Vejam, a seguir, algumas análises pertinentes aos aspectos das temáticas mais tratadas pela Revista.

2.2.1 Formação de professores (16,4%)

“Alguns efeitos do nosso tempo na formação de professores da Educação Especial”, por Leandra Bôer Possa e Maria Inês Naujorks. Esse artigo discute a formação de professores da Educação Especial a partir de três tópicos: inclusão, escola inclusiva e educação para todos. Concluiu-se que há necessidade de naturalizar a educação especial para que possamos organizar e construir um sistema educacional racional.

“O processo de ensino-aprendizagem de Ciências em turmas com alunos com deficientes visuais: percepção dos professores”, por Iohanna Elizabeth Beckers, Josefa Lídia Costa Pereira e Andreson Giovanni Trogello. Esse artigo analisa como ocorre o processo de ensino aprendizagem dos conteúdos de astronomia em turmas com alunos deficientes visuais. O estudo conclui que os professores utilizaram linguagem audiovisual para ensinar astronomia, e essa escolha prejudicou a participação dos alunos com deficiências visuais.

“As professoras da sala comum e seus dizeres: atendimento educacional especializado nas salas de recursos multifuncionais”, por Andréia Heiderscheidt Fuck e Aliciene Fusca Machado Cordeiro. Este artigo tem o objetivo de investigar as expectativas dos professores das salas de aula comum e o que eles entendem sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM). Os autores concluíram que os professores das escolas regulares sabem que o AEE tem como público-alvo os alunos da Educação Especial e as salas de recursos multifuncionais tem como um dos objetivos disponibilizar recursos e adaptar a sala de aula para eliminar as dificuldades dos alunos. Porém ainda é escassa a parceria entre professores da SRM e professores da escola regular.

“Formação de professores e sua relação com a educação inclusiva: desafios à experiência teórica na práxis pedagógica”, por Valdelúcia Alves da Costa. Este artigo foi produzido com o intuito de analisar os desafios da experiência teórica na práxis pedagógica inclusiva e também problematizar a formação de professores e a relação com a educação inclusiva. A autora concluiu que essa práxis pedagógica banaliza a procura por uma formação teórica que permita tanto o pensar quanto a atuação político-investigativa contrária à segregação de alunos com deficiência na escola pública e nas demais instâncias sociais e que quando se percebe essa perspectiva formativa é possível progredir na humanização dos professores e dos alunos com e sem deficiências.

“Perfil dos professores do ensino fundamental de uma rede pública sobre transtornos de aprendizagem” por Andréa Carla Machado, Karina Kelly Borges, Maria Piedade Resende da Costa e Maria Amelia Almeida. O objetivo dessa pesquisa foi verificar e analisar o conhecimento dos professores sobre as dificuldades de aprendizagem. Para fazer esse estudo foi preciso observar três grupos de professores, um grupo que tem conhecimento sobre transtornos de aprendizagem, um grupo que tem conhecimento parcial sobre o assunto e outro que desconhece o tema. Para as autoras o professor tem um papel muito importante no processo de identificação de alunos com transtornos de aprendizagem. As autoras concluíram que é necessário um projeto de formação para os professores com o intuito de investir em estudos que abordam experiências pessoais e pedagógicas, conceitos de transtornos de aprendizagem, suas características e a construção de procedimentos que possam estimular a motivação dos alunos para aprender.

“Formação de professores de Ciências Biológicas e a preocupação com as necessidades específicas na sala de aula”, por Simone Medianeira Franzin, Andrielli da Silva Fontoura, Gabriela Lanes de Almeida e Valquíria Simon. A pesquisa teve como objetivo reconhecer sujeitos, APAE, contextos para que futuros profissionais do curso de licenciatura em Ciências Biológicas tenham a capacidade de compreender e valorizar a diversidade, que é um aspecto importante do processo de ensino. As autoras realizaram o estudo nas APAE de São Vicente do Sul e Jaguari, no estado do Rio Grande do Sul, pelo Grupo PET-Biologia.

“Formação do professor do atendimento educacional especializado: a Educação Especial em questão” por Elisabeth Rossetto. Este artigo discute a formação e as funções dos professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE), realizado na Sala de Recursos Multifuncional (SRM). Ressaltando que é necessário reconhecer a importância do investimento em uma qualificação acadêmica mais consistente, que norteie teoricamente os professores, pois ressalta a importância da ação docente como intermediária para a formação e humanização dos alunos com deficiências.

“Atitudes sociais em relação à inclusão e concepção sobre Atendimento Educacional Especializado na formação de especialistas em educação especial”, por Maewa Martina Gomes da Silva e Souza. Discute sobre as pesquisas e experiências relacionadas à formação, ambiente escolar e temas relacionados, como assistência à educação profissional que envolvem as áreas da Pedagogia, Psicologia Social, Psicodrama, Terapia Ocupacional, Filosofia e Sociologia. **“Concepção de professores acerca da tarefa de casa e o seu emprego junto ao aluno com deficiência física”** por Mariana Dutra Zafani, Carolina Cangemi Gregorutti e Luciana Ramos Baleotti. O artigo analisou a concepção de 15 professores

sobre a função da tarefa de casa para os alunos com deficiência física. A conclusão desse artigo é que os professores consideram a tarefa de casa uma extensão da prática pedagógica e estimula a interação entre pais e filhos e aproxima os pais da escola. Entretanto, devido à falta de treinamento adequado de habilidades, eles não recomendam a participação de todos os alunos com deficiência física. **“Avaliação dos estudantes público-alvo da Educação Especial na perspectiva de professores especializados”**, por Enicéia Gonçalves Mendes e Sabrina Mazo D’Affonseca. Este artigo é realizado com base em relatos de professores de serviços educacionais especializados que atuavam em salas com recursos multifuncionais. Por meio das entrevistas as autoras identificam a fragilidade nos processos de avaliações, identificação e o descaso em relação aos processos de planificação e avaliação de desempenho. Foi concluído que ainda estamos longe de garantir mais do que a presença, mas concretizando o direito de educar os alunos público-alvo da Educação Especial das escolas brasileiras.

O levantamento realizado mostra que a formação de professores para o atendimento da educação especial é o tema mais discutido pela Revista Educação Especial da UFSM no período 2010-2019. Entre os artigos que discutem as visões dos professores do ensino fundamental sobre recursos multifuncionais, observa-se que a formação continuada é o tema mais discutido devido à sua importância, principalmente no contexto da Educação Especial. Conforme Oliveira (2017) se o educador não possuir uma formação continuada, ele certamente será um profissional desinteressado pelo processo educativo e não será capaz de produzir, modificar e nem adaptar metodologias. O professor pode ter tecnologia a sua disposição e até conhecer vários instrumentos de intervenção, mas se não houver um desenvolvimento pessoal profundo relacionado com a inclusão, as suas ações muitas vezes estão longe de ser justas e de qualidade para todos.

De acordo com a Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, que institui as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, nesse sentido:

Cabe aos sistemas de ensino estabelecer normas para o funcionamento de suas escolas, [...] com professores capacitados e especializados, conforme previsto no Artigo 59 da LDBEN [...] e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura de graduação plena. § 1º São considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais àqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especiais adequados ao desenvolvimento de competências (BRASIL/MEC/SEESP, 2001 apud OLIVEIRA, 2017, p. 5).

Os artigos que focam na Formação do professor também mostram a importância da formação continuada no papel do professor em combater o *bullying* contra alunos portadores

de deficiências físicas, deficiência auditiva, surdez, deficiência visual, cegueira, baixa visão, deficiência intelectual, surdo cegueira, deficiências múltiplas, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação.

Na Revista Educação Especial podemos encontrar pesquisas discutindo diversos aspectos da formação continuada, como por exemplo: concepções de professores sobre a sexualidade de alunos com deficiência intelectual, concepção do professor acerca da função da tarefa de casa para alunos com deficiências físicas, a importância da capacitação em educação especial no processo de ensino e aprendizagem de professores de química e outras matérias específicas, professores do atendimento educacional especializado que atuavam em salas de recursos multifuncionais, refletir sobre sistema de ensino e sobre a capacidade dos professores de atender à diversidade trazida pela inclusão escolar, principais dificuldades relacionadas à Educação Inclusiva, citadas pelos professores alfabetizadores, o processo de formação psicossociais do professor, opiniões dos professores sobre alunos com TEA entre outros.

2.2.2 Inclusão (14,4%)

“Demandas decorrentes da inclusão escolar” por Selma Norberto Matos e Enicéia Gonçalves Mendesno. As autoras analisaram a demanda de professores decorrente da integração escolar. Os resultados mostram conquistas e as contradições da realidade escolar, às exigências do campo das políticas e muito mais.

“A singularidade dos estudantes com deficiência intelectual frente ao modelo homogeneizado da escola: reflexões sobre o processo de inclusão”, por Roseane Cunha e Maristela Rossato. A autora reflete sobre a singularidade dos alunos com deficiência intelectual conforme o modelo de homogeneização escolar. Foi possível concluir que os estudantes com deficiência intelectual produzem sentidos subjetivos sobre sua aprendizagem escolar, podendo mobilizá-la ou limitá-la, a depender das produções simbólico-emocionais do processo de ensino e aprendizagem.

“A robótica educacional como ferramenta multidisciplinar: um estudo de caso para a formação e inclusão de pessoas com deficiência”, por Lídia Lopes, Larissa Medeiros Marinho dos Santos, Luis Fernando Freire de Souza, Marcio Falcão Santos Barroso, Cleuzilaine Vieira da Silva, Bruna Reis Serpa e Eduardo Bento Pereira. O objetivo principal desta pesquisa foi criar motivação para interagir com a comunidade externa da UFSJ e fornecer aulas de robótica a alunos com tais deficiências do ensino fundamental e médio da escola pública São João del Rey . A conclusão tirada ao final do estudo é que o espírito de equipe dos alunos supera

suas limitações físicas e cognitivas.

“O paradigma da inclusão como utopia na perspectiva freiriana”, por Luciana Pacheco Marques e Anderson dos Santos Romualdo, constitui um trecho do pensamento de Paulo Freire e tenta analisar sua contribuição para a quebra de práticas inclusivas para alcançar a inclusão.

“Modelos e diretrizes para uma educação inclusiva: revisão de literatura” por Maria das Graças Soares Siqueira e Fernanda Aguilera. As autoras trouxeram um estudo sobre a legislação brasileira na inclusão escolar. Foi descoberto que existem algumas dificuldades no dia a dia em instituições de ensino regular nas escolas privadas e públicas em adaptar-se às necessidades dos alunos da inclusão. Concluíram que, desde 2005, a produção de artigos interventivos para a educação inclusiva vem aumentando, principalmente no campo da psicologia.

“Percepção dos pais em relação à inclusão de crianças com Necessidades Educativas Especiais no ensino regular”, por Elisabete Matos Freitas, Luísa Novais Arroja, Paula Magalhães Ribeiro e Paulo César Dias, falam sobre o papel e o apoio dos pais no processo de inclusão de crianças com necessidades educativas especiais e com isso criando um contexto favorável à experiência e à proximidade. O objetivo deste trabalho foi conhecer as visões dos pais e responsáveis sobre a inclusão. A conclusão dos autores é que os pais que estiveram em contato com crianças com necessidades especiais cooperam mais na integração escolar.

“Inclusão escolar: possíveis contribuições da fisioterapia sob a óptica de professoras” por Marcelli Evans Telles dos Santos, Simone Lara e Vanderlei Folmer. Os autores discutem a inclusão escolar e a participação dos profissionais de saúde na educação, provando a ideia de que os fisioterapeutas podem contribuir com o desenvolvimento do aluno com deficiência no ambiente escolar. Para chegar a essa conclusão, ouviram e transcreveram as opiniões dos profissionais da Sala de Recursos da Educação Básica e por fim concluíram que as contribuições da Fisioterapia ajuda no desenvolvimento de estudantes com alguma deficiência.

“Educação inclusiva, ensino de Ciências e linguagem científica: possíveis relações”, por Anna Maria Canavarro Benite, Claudio Roberto Machado Benite e Eveline Borges Vilela-Ribeiro. Os autores mostram a necessidade de se pensar nas relações entre educação inclusiva e linguagem científica. Os autores expõem a urgência do ensino de ciências pois, habitamos um mundo que para exercemos a nossa cidadania é essencial o conhecimento científico e tecnológico. Eles discutiram a relação entre educação inclusiva, ensino de ciências e linguagem de ciências, levando em conta a urgência de compreender o ensino de ciências dos alunos da

Educação Especial que estão na escola regular .

“Formação docente e inclusão escolar em um curso de Licenciatura em Educação Física” por Khaled Omar Mohamad El Tassa e Gilmar de Carvalho Cruz. Os autores abordam essa temática e discutem como o tema da inclusão é tratado em um curso de Licenciatura em Educação Física. Concluem que a educação física pode contribuir para que o atendimento educacional oferecido pela escola leve em consideração a diversidade humana.

“A influência das ações de inclusão nos processos de resiliência de alunos da Educação Especial”, por Thais Watakabe Yanaga, Renata Maria Coimbra. O artigo mostra o ponto de vista de doze alunos, sobre como os processos de inclusão influenciam os comportamentos de resiliência entre as adolescentes e jovens da Educação Especial. O resultado da pesquisa foi que poucas ações eram realizadas institucionalmente, porque a maior parte das ações eram realizadas pelos professores e equipe pedagógica. Entretanto, a maioria dos alunos da Educação Especial relataram que se sentiam incluídos e que essas ações estavam melhorando o processo de resiliência.

O segundo tema mais abordado pela Revista Educação Especial evidencia a preocupação com a inclusão de alunos com deficiência e ou necessidades educacionais especiais (NEEs) em escolas regulares. Nos artigos publicados nota-se o destaque no processo de inclusão e em descrições e análises de situações de alunos que estão na educação regular com foco na inclusão escolar, mas também podemos encontrar artigos que discutem a inclusão. Visto que a inclusão escolar é um assunto que é discutido desde o período do Império no Brasil, (JANNUZZI, 2004 apud ZILLOTTO; GISI, 2018) e também um direito previsto por lei – Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 –, é comum que exista mais de 65 artigos focados em pesquisar essa questão tão importante para o desenvolvimento da Educação Especial.

2.2.3 Surdez (13,1%)

“O ensino de doenças microbianas para o aluno com surdez: um diálogo possível com a utilização de material acessível”, por Roberta Silva Rizzo, Lydia Dayanne Maia Pantoja, Geanne Barros Leão de Pontes Medeiros e Germana Costa Paixão. Os autores deste artigo trazem uma nova proposta de aprendizado dos temas de Ciências para alunos, utilizando a LIBRAS e ferramentas visuais para surdos do ensino fundamental.

“Conhecimentos prévios dos alunos surdos fluentes em libras referentes à linguagem algébrica no Ensino Médio”, por de Silvia Teresinha Frizzarini e Clélia Maria Ignatius Nogueira. Os autores deste artigo enfatizam a importância de a álgebra andar lado a

lado com as LIBRAS uma vez que é fundamental para o aprendizado de alunos surdo ao entrarem no ensino médio, focando em primeiro plano na familiarização desse ramo da matemática com conhecimentos que os alunos já tem para poder prosseguir aliados da linguagem de sinais da melhor forma possível.

“Representações de alunos surdos sobre a inclusão nas aulas de educação física”, por Tássia Pereira Alves, Zenilda Nogueira Sales, Ramon Missias Moreira, Leonardo de Carvalho Duarte e Riane Missias Moreira Mendes Souzано. Os autores deste artigo realizaram pesquisas sobre a inclusão de alunos surdos nas aulas de educação física. Através desse estudo eles concluíram que ainda faltam muitos obstáculos para que eles possam participar das atividades físicas.

“Educação de surdos: relato de uma experiência inclusiva para o ensino de ciências e biologia”, por Luiz Renato Martins Rocha, Alexandra Renata Moretti, Priscila Carozza Frasson Costa e Fabiano Gonçalves Costa. O artigo mostra que a diversificação na dinâmica didática provou ter um alto índice de sucesso nas aulas de ciência e biologia, no ensino de alunos surdos. Um exemplo foram as matérias de biologia celular e histologia onde o método utilizado foram decisivos para o aprendizado deles. Dinâmica onde depois da parte teórica do conteúdo adicionou a parte prática (confecção de modelos com massa de modelar pelos alunos surdos) para que a fixação e a compreensão do tema sejam maior e mais fácil. Além de ressaltar como é intrínseco a presença de um intérprete de LIBRAS dentro das salas de aula e o investimento para que os professores possam estar preparados para atender as necessidades destes alunos.

“Educação de surdos em tempos de inclusão”, por Ana Dorziat. A autora compartilha que os conceitos sobre este tema estão mais simples, o que resulta na conservação de práticas educativas colonialistas. Tomando como ponto de partida essa afirmação, esse texto foi pensado com base na língua de sinais, abordando situações analisadas em escolas inclusivas, onde a ideia é deixar claro as intenções inclusivas na política e prática educacional, as quais, conforme a autora, criam expectativas de uma escola ideal com o discurso da igualdade e tolerância, por estar a serviço do mercado, obtém mecanismos que exclui e discrimina os alunos surdos ao invés de trabalhar com a escola real e o que realmente ajuda estes alunos.

“Esportes surdos na constituição do ser social: uma compreensão histórica sob a perspectiva da Educação Ambiental”, por Marco Aurélio Rocha Di Franco, Simone dos Santos Paludo e Tatiana Bolivar Lebedeff. Os autores abordam que a inclusão social dos surdos não é tão simples e que na verdade se trata de um complexo fenômeno que abrange questões de índole moral, conceitual, legal, entre outras coisas. Conclui-se que o esporte não é somente uma

atividade física, ele também é essencial na socialização e na construção de uma auto estima e identidade surda além de ser responsável pelas mudanças das relações político sociais dos surdos no Brasil.

“A importância da língua de sinais para o desenvolvimento da pessoa surda: a noção de inclusão associada ao sentimento de pertencimento no espaço escolar”, por Patricia Velho Dall’Astra . A autora busca debater o papel da escola na vida de crianças (surdas e ouvintes) e como a experiência adquirida nesse meio reflete pelo resto da vida da pessoa, local onde é desenvolvido o sentimento de pertencimento que está conectado a este espaço. Este estudo foca em três principais pontos da educação dos surdos com base na perspectiva da língua de sinais e o desenvolvimento de pessoas surdas. A autora deixa claro que a escola é o local perfeito para juntar as matérias escolares com a cultura surda, além de incluir os ouvintes no aprendizado de LIBRAS para que a escola seja um local mais inclusivo para os alunos surdos.

“A atuação do intérprete de libras em sala de aula com educando surdos dos anos iniciais do ensino fundamental”, por Luiz Antonio Zancanaro Junior e Tatiane Maria Lui Zancanaro. Os autores deste artigo, fizeram esse estudo acompanhando e aplicando questionários a dois professores e dois intérpretes de línguas de sinais de Santa Catarina, concluído que o intérprete além de ser a ponte de comunicação entre o professor e o aluno surdo também tem a função de apoiar o professor, utilizando de recursos visuais para o melhor entendimento do aluno.

“A memória e identidade de uma professora surda do ensino superior” é apresentada e discutida por Zilda Maria de Oliveira Lana, Fernanda Grazielle Aparecida Soares de Castro e Stela Maria Fernandes Marques. As autoras deste artigo concluíram que mesmo tendo um avanço no ensino superior para surdos e sua formação ainda é preciso mais ações de reconhecimento dos surdos no ensino superior.

Dentre os artigos publicados o tema "surdez" também ganha destaque, especialmente em artigos que discutem a educação de surdos nas escolas, e o uso de Libras na educação. Relatam e discutem as necessidades e dificuldades que os professores enfrentam para inserir a Libras no espaço educativo.

2.2.4 Altas Habilidades e Superdotação (10,0%)

“A contribuição dos instrumentos de investigação de Joseph Renzulli para a identificação de estudantes com Altas Habilidades/Superdotação”, por Angela Mágda Rodrigues Virgolin. A autora analisa os mecanismos de investigação do Dr. Joseph Renzulli

para a identificação de alunos com Altas Habilidades/Superdotação focalizando o Modelo de Enriquecimento para Toda a Escola em termos de conceitos, identificação e avaliação de talentos, são apresentadas as principais ferramentas utilizadas pelo autor.

“Neurociências, Altas Habilidades e implicações no currículo”, por Amauri Betini Bartoszeck. Discutindo métodos usuais de identificar e avaliar características de crianças “prodígios” e “savants”—sábias—, esta pesquisa teve como objetivo descrever as subdisciplinas que compõem as neurociências com fortes aplicações educacionais para crianças e adultos identificados com Altas Habilidades/Superdotação.

“Políticas Públicas para as Altas Habilidades/Superdotação: incluir ainda é preciso”, por Soraia Napoleão Freitas e Susana Graciela Pérez Barrera Pérez. Foram analisadas as políticas públicas brasileiras para alunos com Altas Habilidades/Superdotação, verificando as causas da precariedade o atrelamento da oferta do atendimento educacional especializado a uma demanda não analisada; equipamentos limitados no âmbito da educacional; deficiente compreensão das realidades educacionais regionais; pouca compreensão dos requisitos legais, das reais dificuldades e necessidades desses alunos e preconceito ideológico.

“Identificação pela provisão: uma estratégia para a identificação das Altas Habilidades/Superdotação em adultos”, por Nara Joyce Wellausen Vieira. Este artigo investiga a identificação de indícios de alta habilidade /superdotação em dois grupos de acadêmicos que participam do Programa de Educação Tutorial da UFSM por meio de ferramentas padronizadas, grupos focais e entrevistas pessoais.

“Educadores e estudantes: um olhar para a afetividade nas Altas Habilidades/Superdotação”, por Bernadete de Fátima Bastos Valentim, Carla Luciane Blum Vestena e Patrícia Neumann. Os autores trazem um estudo de caso onde abordam a importânciada afetividade em estudantes com Altas Habilidades/Superdotação a partir de um estudo de caso de uma aluna que apresentou características desse comportamento.

“Desafios na escolarização da criança com altas habilidades/superdotação: um estudo de caso”, por Bruna Louzeiro de Aguiar Barros e Sandra Ferraz de Castillo Dourado Freire. Neste artigo é feito um estudo de caso onde foi investigado os aspectos da constituição que abordam as leis e direitos de uma criança com altas habilidades/superdotação. Os autores tiveram como objetivo analisar o significado do processo de escolarização do aluno, priorizando a dinâmica social e emocional das posições pessoais durante esse período de transição. Após observarem as situações pedagógicas os professores mostram a necessidade de projetos que sejam integrados e que contemplem de forma lúdica o conhecimento em sua multiplicidade.

“Análise da noção de justiça em estudantes com altas habilidades/superdotação:

uma contribuição educacional,” por Bernadete Fatima Bastos Valentim, Carla Luciane Blum Vestena. Este artigo teve como objetivo analisar o conceito de justiça entre dez alunos do ensino fundamental e médio com idade de onze e dezesseis anos com altas habilidades / superdotação no contexto escolar. Essa pesquisa foi feita em dois colégios públicos no interior do Estado do Paraná/Brasil. O estudo concluiu que os alunos tinham um grande entendimento sobre a sensibilidade em relação às injustiças que ocorrem na sociedade assim como o respeito às regras. Foi concluído que é fundamental que os professores conheçam as características das altas habilidades/superdotação para poder estimular o exercício da autonomia moral.

“Altas habilidades/superdotação na perspectiva da inclusão escolar: experiências fenomenológicas a partir da implementação de diretrizes municipais”, por Maria Amelia Barcellos Fraga, Vitor Gomes. Esse artigo teve como objetivo apresentar as contribuições do método fenomenológico no processo de implantação e implementação de diretrizes operacionais de uma rede municipal de ensino, para aumentar o enriquecimento curricular nas Altas Habilidades/ Superlotação no Atendimento Educacional Especializado. Esse método pode contribuir significativamente no empoderamento, bem estar e inclusão escolar e nas habilidades dos pacientes Altas Habilidades/Superdotação, principalmente para os professores especializados.

“Altas Habilidades/Superdotação: políticas visíveis na educação dos invisíveis”, por Fanny Bianca Mette de Faveri, Marcia Regina Selpa Heinzle. Este artigo tem como objetivo apresentar aspectos históricos e conceituais como dados estatísticos referentes às matrículas na Educação Básica nos sistemas de ensino brasileiros, relacionando-os com as políticas públicas existentes atualmente no Brasil. O resultado aponta que o número de matrículas tem crescido, porém, ainda de forma lenta, pressupondo que há uma lacuna na identificação desses potenciais e um distanciamento entre o que está sendo realizado e o que é preconizado pela legislação educacional. Há a necessidade de uma constante reflexão e de estudos sobre políticas para Altas Habilidades/Superdotação, a fim de que sejam conhecidas e reconhecidas no campo educacional para fortalecer as ações. Este artigo teve como objetivo apresentar os aspectos históricos e conceituais como dados estatísticos sobre a matrícula na educação básica no sistema de ensino de Altas Habilidades/Superdotação do Brasil e relacioná-los com as políticas públicas que estão em vigor no país. É necessário realizar uma reflexão e pesquisas contínuas sobre políticas de para torná-las amplamente conhecidas e reconhecidas no campo da educação para fortalecer as ações.

“Temas em altas habilidades/superdotação na perspectiva de gênero: um estudo de revisão sistemática”, por Mayra Berto Massuda, Rosimeire Maria Orlando. São escassas as

pesquisas realizadas sobre o gênero feminino e a altas habilidades/superdotação. Essa pesquisa teve como exploratório o seu método de pesquisa. Existem os três tipos mais conhecidos de resultados: análise das diferenças entre gêneros, estereótipos de gênero e aspirações profissionais. É preciso a utilização de e escalas, scores e provas psicométricas na comparação entre as diferenças de gênero, a presença de estereótipos de gênero nos processos de identificação das Altas Habilidades/Superdotação e também as diferenças de aspirações de carreira e de estilo de vida de homens e mulheres com Altas Habilidades/Superdotação. Os artigos encontrados que discutem altas capacidades e superdotação, buscando debater os conceitos de altas habilidades e superdotação e questões curriculares, a fim de contribuir com meios que levam a inclusão desses alunos na sociedade. A superdotação é conhecida pelos traços da criatividade, envolvimento com a tarefa e alto nível de motivação. Existem outros pouco explorados, como, por exemplo, a moral autônoma. Contudo, supomos que o tema de formação de professores tenha um maior percentual por causa dos cursos de licenciatura que possuem disciplinas que discutem a questão da formação continuada e educação especial. Acreditamos que esse fator possa ter influenciado no número de pesquisas sobre o tema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desta pesquisa, buscamos compreender a produção científica no âmbito da educação especial, considerando o que vem sendo produzido em uma das revistas mais conceituadas no Brasil: a Revista Educação Especial da UFSM. Isso nos ajuda a entender a problemática da Educação Especial no Brasil, assim como o seu público-alvo, suas modalidades de atendimento, sua base legal e a sua evolução histórica em termos das problemáticas mais estudadas. Analisamos, assim, os artigos da Revista Educação Especial, da UFSM, entre os anos de 2010 a 2019, a fim de identificar os temas mais publicados pelos pesquisadores da revista.

No Brasil, os primeiros sinais da educação especial surgiram no período imperial (1822-1889) e no início da República em 1889. Naquela época, o movimento de educação pública não fazia menção à educação para pessoas com deficiência. Somente sob a influência das ideias de ensino europeias a educação especial ganhou espaço no país durante o período imperial. Exemplo disso, é a criação do Instituto dos Meninos Cegos em 1854, porém a educação era muito precária. Eram poucas as iniciativas no campo da educação especial. Uma das mais destacadas foi a do trabalho realizado por Helena Wladimirna Antipoff, fundadora da primeira Associação Pestalozzi do Brasil; com ela, o movimento de educação especial do país começou a se fortalecer. (JANNUZZI, 2004 apud ZILLOTTO; GISI, 2018)

De acordo com o Censo da Educação Básica de 2020, o número de matrículas aumentou 34,7% desde 2016, chegando a 1,3 milhão de matrículas nessa modalidade de educação. O maior número de matrículas de estudantes da educação especial está no ensino fundamental, que concentra 69,6% das matrículas. Podemos observar um avanço significativo no número de pessoas com deficiência matriculadas no ensino básico, porém isso não significa necessariamente ser um atendimento inclusivo. Não basta só ter alunos com deficiência matriculados em instituições de ensino, é preciso que as escolas forneçam estrutura básica e condições pedagógicas para receber esses alunos especiais.

Considerando a história e a especificidade da Educação Especial no Brasil, a presente monografia analisou os artigos publicados na Revista Educação Especial da UFSM, no período de 2010 a 2019, apontando os temas mais publicados. Foram identificados mais de 38 temas, mas buscamos destacar e examinar os quatro mais abordados, quais sejam: como Formação dos professores (16,4%), Inclusão 14,4%, Surdez 13,1% e Altas capacidades (10,0%). Essa pesquisa apontou que a Educação Especial está caminhando em rumo ao investimento na formação de professores, onde a educação inclusiva está se tornando uma realidade cada

vezmais rigorosa no sistema educacional brasileiro, pois o direito à educação não se constitui apenas pelo direito de acesso, mas também depende de sua participação e aprendizagem ao longo da vida em um contexto de acessibilidade e qualidade pedagógica.

O objetivo da formação continuada de professores, principalmente em um contexto de educação especial, é refletir sobre os acontecimentos e trajetórias da inclusão e de pessoas com necessidades especiais, que antigamente eram tratadas como “anormais” e eram excluídas da sociedade. Com um investimento eficaz na formação continuada de professores será possível alcançar a inclusão, ajudando a eliminar o preconceito. O objetivo geral desta pesquisa foi cumprido e concluímos que, com base na análise da produção da Revista Educação Especial da UFMS, a educação especial está indo para o rumo do investimento na formação dos professores, da inclusão do atendimento especializado de necessidades especiais várias.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. DF: Brasília [1996]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 19 nov. 2020.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. DF: Brasília [2001]. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/Downloads/ccs/concurso_20. Acesso em: 19 nov. 2020.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial. DF: Brasília [2009]. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=112035> . Acesso em: 19 nov. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. DF: Brasília [2011]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2011/Decreto/D7611.htm#art11. Acesso em: 19 nov. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Glossário da educação especial: Censo Escolar 2020** [recurso eletrônico]. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020a.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica 2019: Resumo Técnico**. Brasília, 2020b.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica 2020: resumo técnico**. Brasília, DF: INEP, 2021.

UFSM. Centro de Educação UFSM. Apresentação. **Centro de Educação UFSM, 2020**. Disponível em: <https://www.ufsm.br/unidades-universitarias/ce/> . Acesso em: 20 nov. 2020.

FREITAS, C.; MURA, A.; ZURRU, A.; TATULLI, I.; BAPTISTA, C. Inclusão escolar na Itália e no Brasil: proximidades e distâncias na política educacional. **Revista Educação Especial**, v. 33, 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARINS, S. C. F.; MATSUKURA, T. S. Avaliação de Políticas Públicas: a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no Ensino Fundamental das cidades-pólo do estado de São Paulo. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 15, n. 1, p. 45-64, jan./abr. 2009.

NISKIER, A. **Educação brasileira: 500 anos de história**. São Paulo: Melhoramentos, 1989.

OLIVEIRA, Rosane de Machado. A Importância da Formação Continuada dos Educadores no Contexto Educacional Inclusivo e a Influência da Mediação no Ensino-Aprendizagem na Educação Especial. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, ano 2,

v. 16. p. 522-545, mar. 2017.

ZILIOOTTO, Gisele Sotta; GISI, Maria Lourdes. As políticas de Educação Especial no Brasil: trajetória histórica dos normativos e desafios. **Journal of Education**, v. 6, n. 3, p. 99-115, 2018.